

Mulheres da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo: a primeira turma de 1871¹

Micheli da Cruz Cardoso Tavares
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
Sistema de Ensino Bernoulli (Brasil)
Maria Celi Chaves Vasconcelos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar o percurso da primeira turma de mulheres que ingressaram na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no ano de sua inauguração, 1871, enfocando as profissões que exerceram a partir da conclusão dos seus estudos. Em um plano mais específico, evidenciam-se a entrada e a saída das alunas, suas procedências, idades, protetores, as doenças que as atingiram, as capacidades apreendidas e outras anotações constantes dos registros individuais de cada uma. Trata-se de uma pesquisa histórico-documental, cujos procedimentos metodológicos remetem a duas fontes principais: o primeiro Livro de Matrículas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo de 1871 a 1893; e o Livro de Registro de Saída das alunas. As análises das fontes permitiram inferir resultados com base em aspectos teóricos da micro-história (Ginzburg, 1976), oferecendo detalhes mais próximos dos acontecimentos. A escola, construída em Petrópolis, tinha como expectativa formar mulheres aptas para trabalhar e obter o seu próprio sustento, em uma época que a concepção de educação feminina era voltada apenas para a condição de esposa e mãe.

Palavras-chave: Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Padre Siqueira. Formação de mulheres. Educação feminina oitocentista.

Women of the Nossa Senhora do Amparo Domestic School: the first class of 1871

Abstract

This first class of women who entered the Nossa Senhora do Amparo Domestic School in its inauguration year, 1871, focusing on the professions they pursued

after completing their studies. Specifically, it highlights the students' arrival and departure, their origins, ages, guardians, illnesses, acquired abilities, and other notes from their individual records. This is historical documentary research, whose methodological procedures involve two main sources: the first Enrollment Book of the Nossa Senhora do Amparo Domestic School from 1871 to 1893; and the Student Exit Record Book. The analysis of the sources allowed us to infer results based on theoretical aspects of micro-history (Ginzburg, 1976), offering details closer to the events. The school, built in Petrópolis, was expected to train women capable of working and earning their own living, at a time when the concept of female education was focused solely on the condition of wife and mother.

Keywords: Nossa Senhora do Amparo Domes article analyzes the trajectory of thtic School. Father Siqueira. Women's Education. 19th-Century Female Education.

Mujeres de la Escuela Doméstica Nuestra Señora del Amparo: la primera clase de 1871

2

Resumen

Este artículo analiza la trayectoria de la primera clase de mujeres que ingresaron a la Escuela Doméstica Nossa Senhora do Amparo en su año inaugural, 1871, centrándose en las profesiones que ejercieron tras finalizar sus estudios. Específicamente, destaca la llegada y salida de las alumnas, sus orígenes, edades, tutores, enfermedades, habilidades adquiridas y otras anotaciones de sus expedientes individuales. Se trata de una investigación documental histórica, cuyos procedimientos metodológicos implican dos fuentes principales: el primer Libro de Matrícula de la Escuela Doméstica Nossa Senhora do Amparo, de 1871 a 1893; y el Libro de Registro de Egreso de Alumnas. El análisis de las fuentes permitió inferir resultados basados en aspectos teóricos de la microhistoria (Ginzburg, 1976), ofreciendo detalles más cercanos a los acontecimientos. La escuela, construida en Petrópolis, debía formar mujeres capaces de trabajar y ganarse la vida, en una época en que el concepto de educación femenina estaba centrado únicamente en la condición de esposa y madre.

Palabras clave: Escuela Doméstica Nossa Senhora do Amparo. Padre Siqueira. Educación de la Mujer. Educación Femenina del Siglo XIX.

Introdução

Na segunda metade do século XIX, em Petrópolis, cidade localizada no estado do Rio de Janeiro, um sacerdote de nome João Francisco de Siqueira Andrade, mais conhecido como padre Siqueira, idealizou e construiu uma instituição dedicada às mulheres, onde adquirissem conhecimentos e habilidades para o trabalho, com o intuito de retirar da pobreza a infância feminina desvalida.

A construção da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo teve início em 1869, quando o padre adquiriu os terrenos na esquina de uma das principais avenidas da cidade de Petrópolis. Em seguida, contando com doações e trabalho de benfeitores daquela sociedade, foi edificando uma obra monumental, de arquitetura neoclássica, muito em voga nesse período. Atualmente, a Escola ainda existe com sua estrutura original, testemunhando a grandiosidade da tarefa empreendida pelo padre (Tavares e Vasconcelos, 2023).

A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, inaugurada em 1871, pretendia que as meninas acolhidas, ao concluírem seus estudos, estivessem aptas a prover seu próprio sustento e a levarem uma vida "digna", empregando-se como professoras, criadas, cuidadoras, damas de companhia, entre outras nomenclaturas encontradas nas fontes.

O sacerdote acreditava que alinhar instrução e trabalho retiraria as mulheres da pobreza e da prostituição – nas quais muitas se encontravam naquele período. Ele manifestava publicamente suas crenças em artigos enviados a periódicos contemporâneos à construção da escola, nos quais justificava seu projeto afirmando: "[...] só há um meio para a verdadeira emancipação, só há um meio para chegar-se a obter o nome de cidadãos bons e livres: a instrução reunida ao trabalho" (Jornal Correio Paulistano, 1870). Essas ideias eram bastante incomuns para a época, sendo dissonantes àquilo que a sociedade prescrevia e aceitava, pois o discurso consolidado era de que a mulher deveria ser educada apenas para o papel de mãe, responsável pela

manutenção do lar e pelos ensinamentos dos filhos e filhas, com limitada ou nenhuma oportunidade de participação na vida pública.

Diante da demonstração de uma ideia singular no seu tempo, o presente artigo tem como objetivo analisar o percurso da primeira turma de mulheres que ingressaram na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo no ano de sua inauguração, 1871, enfocando as profissões que exerceram a partir da conclusão dos estudos. Esses dados foram acessadas nos livros de matrículas preservados na Sala Museu da Escola, arquivados desde 1871 até 1889, quando algumas ex-alunas já aparecem como docentes da instituição. Em um plano mais específico, evidenciam-se a entrada e a saída das alunas, suas procedências, suas idades, seus protetores, as doenças que as atingiram, as capacidades apreendidas e outras descrições pessoais detalhadamente anotadas, constantes dos registros individuais examinados.

4 Trata-se de uma pesquisa histórico-documental, cujos procedimentos metodológicos remetem à coleta de dados a partir das fontes principais investigadas: o primeiro Livro de Matrículas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (Parte 1), de 1871 a 1893, e o Livro de Registro de Saída das alunas. O Livro de Matrículas contém 379 páginas, com informações pré-determinadas listadas de forma manuscrita sobre cada aluna, e o termo de abertura está assinado pelo padre Siqueira. O Livro de Registro de Saída contém 100 páginas, todas preenchidas em letra manuscrita sem nenhuma informação pré-determinada, ou seja, não há perguntas pré-concebidas, como em um formulário, mas apenas parágrafos textuais.

No Livro de Registro de Saída, as alunas recebiam a mesma numeração constante do Livro de Matrículas, o que facilita a localização das informações sobre cada uma das egressas. A caligrafia empregada apresenta traços bem desenhados, e as anotações estendem-se da página 1 à página 99, supondo-se que a mesma pessoa tenha escrito o livro do início ao fim. Todavia, chamam atenção duas páginas em branco no interior da brochura, o que pode sugerir a hipótese de que alguém as tenha deixado reservadas para preenchê-las posteriormente – caso fossem necessárias mais informações ou para uma elaboração cuidadosa diante de alguma situação requerida. Na página 1, encontra-se o registro de saída da primeira aluna matriculada na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo: Eulalia

Maria Francisca de Mello, natural de Portugal, filha de Francisco João de Mello e de Maria Borges de Mello. Após Eulalia, vão sendo, sucessivamente, anotadas as circunstâncias que envolvem a saída e o paradeiro de cada aluna que deixa a escola.

Ambos os documentos utilizados como fontes encontram-se severamente fragilizados pelo tempo, com páginas amareladas, sendo que o Livro de Registro de Saída não tem capa, suas páginas estão soltas e muitas completamente apagadas.

Os apontamentos encontrados no Livro de Matrículas e no Livro de Registro de Saída da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo auxiliam a compreender como cada aluna – menina/mulher – que sobreviveu a todo tipo de submissão a pais, mães, tutores, freiras, padres e patrões, começou a viver sua própria história. Esses documentos revelam vidas de mulheres até então ignoradas, silenciadas e invisíveis, bem como evidenciam tentativas de ocultar situações e ocorrências que, agora, por meio de outras lentes, podem ser descortinadas através das escritas arquivadas sobre os primeiros anos da escola.

5

Educadas para a formação e o trabalho: a primeira turma de mulheres

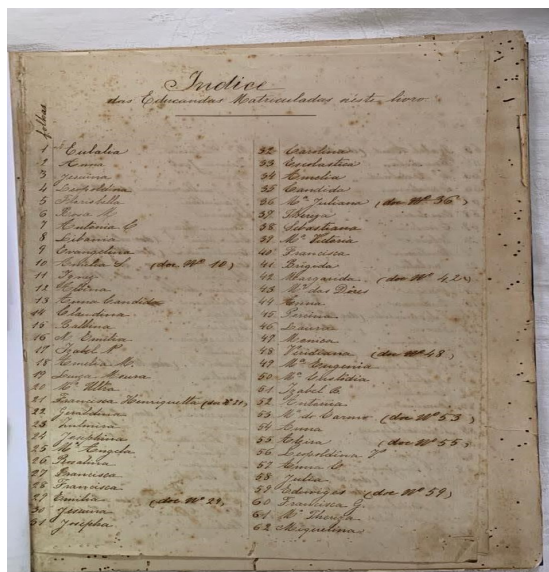
Por meio do Livro de Matrículas, foi possível identificar a chegada da primeira turma de meninas à Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. A informação inicial que as anotações oferecem refere-se à variedade de locais de onde cada uma provinha. Das 24 alunas matriculadas no ano de 1871, uma era de Portugal, e as demais vinham de diferentes localidades do Brasil. Algumas eram oriundas da própria cidade de Petrópolis, e outras, da cidade de Jacaréí, no estado de São Paulo – terra natal do sacerdote. Também constam alunas nativas da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, bem como meninas inscritas apenas com a informação da igreja de batismo, ou até sem nenhuma menção à procedência. É importante ressaltar que o assentamento de batismo era considerado, à época, o documento oficial de registro de nascimento².

Ao confrontar o Livro de Matrículas com o Livro de Saída, percebem-se as diferentes faixas etárias das alunas ingressantes: uma aluna entrou com 4 anos de idade; uma com 6 anos; duas com 7; seis com 8; três com 9; seis com 10; uma com 11; uma com 15; e as demais sem registro de idade.

Outro dado importante localizado no Livro de Matrículas refere-se aos registros das "protetoras" de cada aluna – ou seja, a pessoa que havia solicitado a vaga ao sacerdote e, possivelmente, ajudava com as despesas. Vale ressaltar que, considerando a alta demanda pelo acolhimento para serem matriculadas na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, além do atestado de pobreza, algumas vezes, era necessário que as meninas fossem "protegidas" por alguma senhora da sociedade, por algum amigo do sacerdote ou até mesmo pelo próprio sacerdote.

O Livro de Matrículas está organizado por nomes, conforme a ordem de chegada das alunas, sucessivamente, às turmas. Os primeiros 27 nomes referem-se às matrículas na primeira turma de 1871, seguidos pelas turmas subsequentes, conforme Figura 1 abaixo:

6 Figura 1 – Primeira página do índice do Livro de Matrículas das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (1871 a 1884)



Fonte: Sala Museu da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

No índice do Livro de Matrículas constam, inicialmente, os nomes de 27 alunas pertencentes à primeira turma, admitidas no ano de 1871. Contudo, três delas só passaram a integrar o grupo após essa data inicial, ocupando vagas de alunas falecidas ou que deixaram a escola. Esse fato demonstra que o índice apresentado na Figura 1 foi elaborado posteriormente, uma vez que já inclui alunas que ingressaram na primeira turma depois de 1871. Além disso, também se constata que a turma original possuía apenas 24 vagas, as quais foram mantidas mesmo com as substituições.

Com base nos apontamentos existentes nas duas fontes consultadas e confrontadas, o Livro de Matrículas e o Livro de Registro de Saída das alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, foi elaborado o Quadro 1. Nele, as informações estão organizadas por nome, seguindo a mesma ordem colocada no Livro de Matrículas, a data de saída e a destinação anotada nos registros sobre o paradeiro e sobre a situação da aluna ao deixar a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Quadro 1 – Primeiras alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, pertencentes à turma de 1871

7

Nome	Data da Saída	Para onde foram: Profissões e Ocupações
1. Eulalia Maria Francisca de Mello	07/06/1887	1. Saiu para ser professora adjunta no colégio Santa Cândida e retornou no mesmo ano, para atuar na Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, na qual foi diretora.
2. Anna Mathilda Lacher	18/12/1873	2 – Deixou a Escola doente.
3. Jesuína Filomena	21/07/1887	3. Entrou na vaga de Anna Mathilda Lacher, após a abertura da vaga por morte. Saiu como empregada na casa da senhora Eliza.
4. Leopoldina Maria Maia	17/04/1883	4 – Falecida na Escola.
5. Florisbella da Cunha Feijo	23/04/1883	5. Saiu para ser empregada na casa da senhora Firmina e de seu marido, o senhor Augusto Bumim.
6. Rosa Antônia Machado	21/08/1885 retorno 31/01/1889	6. Saiu para atuar como professora adjunta ou preceptora e depois retornou para assumir a direção da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

Quadro 1 – Primeiras alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, pertencentes à turma de 1871 (continuação)

Nome	Data da Saída	Para onde foram: Profissões e Ocupações
7. Antonia Mathilda Van Ervan	14/04/1882	7. Alugada na casa do senhor Barboza e de sua esposa Marianinha Ferraz de Abreu Barboza.
8. Libania Mathildes Caldeira	01/01/1873	8. Saiu a pedido dos seus familiares.
9. Evangelina de Oliveira	06/01/1874	9. Entrou na vaga de Libania Mathilde Caldeira. Saiu na companhia de sua mãe para tratar de sua saúde e faleceu no dia 21/07/1887.
10. Amélia Siqueira Carvalho	S.I./S.I./1873	10. Sobrinha do padre Siqueira, ficou apenas alguns meses.
11. Ignez da Silveira Filha	05/06/1883	11. Entrou na vaga de Amélia Siqueira Carvalho. Saiu a pedido de seu padrinho para ocupar uma cadeira de professora.
12. Albina Maria da Conceição	22/05/1883	12. Saiu a pedido da condessa Fargine da Cruz, para ser empregada doméstica na casa da família do senhor Francisco Roiz Marços.
13. Anna Candida de Siqueira Lima	07/05/1876	13. Falecida na Escola no dia 07/05/1876.
14. Claudina Maria de Siqueira	09/02/1882	14. Saiu para a companhia de sua mãe em Jacareí, São Paulo.
15. Balbina Maria de Siqueira Lima	09/02/1882	15. Saiu para a companhia de sua mãe em Jacarey, São Paulo.
16. Maria Emília da Rocha	14/05/1883	16. Saiu para ocupar uma cadeira de professora e para candidatar-se a exames públicos em São Paulo.
17. Izabel Pinto Nogueira	07/08/1884	17. Saiu contratada para ser preceptora na fazenda do senhor Cruz, próxima à Corte, no município do Rio de Janeiro.
18. Amélia de Jesus Medeiros	09/03/1884	18. Saiu a pedido do senhor Vieira para cuidar de duas crianças filhas da viúva Paula Fonseca.
19. Luíza Fortunata de Moura	30/10/1881	19 – Saiu a pedido de sua tia para ser dama de companhia.
20. Maria Antônia da Silva Ultra	13/09/1882 Retorna 20/12/1889	20. Saiu a pedido de sua mãe e retornou para ser professora "adjunta" na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

Quadro 1 – Primeiras alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, pertencentes à turma de 1871 (continuação)

Nome	Data da Saída	Para onde foram: Profissões e Ocupações
21. Francisca Henriqueta Lopes	26/04/1882	21. Saiu para ser dama de companhia da senhora J. J. Nogueira Gama.
22. Geraldina Maria de Souza	02/04/1881	22. Saiu para ser criada em casa do senhor João Joaquim Pizarro.
23. Ludmisa Borges do Espírito Santo	12/04/1882	23. Saiu a pedido de seu "protetor" para ser empregada doméstica na casa de Madame Flores.
24. Josephina de Souza Werneck	21/07/1878	24. Saiu a pedido de seus parentes para se casar com o senhor Manuel Carlos Machado e foi morar na Fazenda de São João da Pedra Negra, em Sapucaia.
25. Maria Angela do Rosario	14/07/1882	25. Saiu para lecionar em um colégio em Porto Alegre, no Rio Grande ao Sul.
26. Rosalina Knabel Krumser	04/12/1882	26. Saiu para ser admitida no Recolhimento de Santa Tereza, em São Paulo, a seu próprio pedido.
27. Francisca Chagas Filha	27/06/1883	27. Saiu a pedido de sua madrinha de crisma, a senhora Anna Ramiming e do coronel Vianna, moradores de Pinheiros, Rio de Janeiro, provavelmente para ser empregada.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

Na primeira página do Livro de Registro de Saída da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, encontra-se a anotação da primeira aluna matriculada, Eulalia Maria Francisca de Mello, nascida em Portugal, batizada em 10 de setembro de 1864, com 1 ano e dois meses, na Matriz de Santa Rita. A saída de Eulalia ocorreu no dia 7 de junho de 1887, para ser professora adjunta no Colégio Santa Cândida. Consta no Livro de Saída que Eulalia retornou como professora adjunta na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo e, posteriormente, entrou para a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, tornando-se diretora da Escola.

A preparação para exercer um ofício aparece já na trajetória da primeira aluna da escola, que saiu com uma profissão na qual atuou, e depois

voltou, ingressando na congregação, onde desempenhou um papel expressivo, alcançado, sobretudo, pelo investimento na instrução e na educação ali recebidas.

Embora Eulalia retorne e, em seguida, vá assumir um lugar de poder sobre as irmãs e as demais alunas, atuando como gestora da instituição e aquela que iria determinar os próximos rumos da escola, todas as suas ações permaneciam sob o domínio do sacerdote, um homem e um clérigo. Dessa forma, continuava submissa ao poder masculino e às doutrinas da Igreja. Ainda assim, sua trajetória é destacada para o contexto e a época em que viveu, corroborando o ideal proposto por padre Siqueira em relação à educação feminina. Cabe lembrar que essas ideias de formar a mulher para o trabalho, mesmo que fosse um trabalho adequado à condição feminina, encontravam alguma oposição na sociedade e na igreja católica, que partia do pressuposto de que as leis divinas e naturais teriam estabelecido somente tarefas domésticas como domínio próprio das mulheres e as atividades sociais e cívicas como domínio masculino (Manoel, 1996).

10 Antes de Eulália, outra aluna também deixou a escola para atuar como professora: Rosa Antônia Machado. Era filha de Margarida Machado e de Antônio Machado, nascida em 10 de outubro de 1863, e batizada em 22 de abril de 1865. Consta no Livro de Saída que, no dia 21 de agosto de 1885, Rosa foi ser "adjunta", ou seja, professora ou preceptora na casa da senhora Zelia de Abrico Magalhães. Como sua antecessora, ela retornou mais de três anos depois, no dia 31 de janeiro de 1889, para ser professora adjunta na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

A primeira função para a qual Rosa deixou a escola, a fim de se empregar como "adjunta" – por solicitação de "dona" Zelia de Abrico Magalhães – provavelmente tratava-se da função de professora na residência dessa senhora, uma vez que não foi localizada, no período, nenhuma instituição de educação com essa denominação de sua proprietária, seja em Petrópolis ou no Rio de Janeiro. Além disso, era muito comum, entre as famílias das elites do século XIX, a prática da educação doméstica – não só para a formação elementar, mas também para o ensino da leitura, da escrita, das contas e dos conhecimentos que eram considerados fundamentais à época (Vasconcelos, 2007).

Rosa Antônia realizou um percurso um pouco distinto de Eulalia: mulher de origem pobre, atuou, inicialmente, como preceptora em uma casa de elite, graças à educação recebida. Mais tarde – possivelmente a convite – retornou à Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo para ser professora, onde chegou também a assumir a direção.

Igualmente formada como professora, a aluna Maria Antônia da Silva Ultra, ao ser matriculada, cumpria um dos preceitos descritos no Estatuto da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo: admitir somente meninas órfãs ou filhas de famílias pobres (Estatuto, 1868). Era filha de Maria de Jesus Morais e de J. Ultra, já falecido à época da matrícula. Ela nasceu em 14 de dezembro de 1867 e entrou para a escola com apenas 4 anos de idade, em 14 de abril de 1871. Possivelmente, buscou a escola pelo falecimento do pai; e saiu no dia 13 de setembro de 1882, a pedido de sua mãe, já com 15 anos. Contudo, retornou em 20 de dezembro do mesmo ano, para ser professora "adjunta" na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Ao ingressar com 4 anos de idade, Maria Antônia rompe com a normativa da instituição, que estabelecia a admissão de meninas somente de 7 a 12 anos (Estatuto, 1868).

Observando-se a trajetória dessas três alunas, constata-se que a primeira turma da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo foi, antes de tudo, formadora de seus próprios quadros de mulheres trabalhadoras, que viriam a sustentá-la nos anos seguintes. Provavelmente, ao longo dos anos como internas, as alunas foram sendo observadas e selecionadas, para que fossem escolhidas as mais aptas às funções de levar adiante a obra de padre Siqueira. Assim, aquelas que saíram e retornaram para exercer papéis docentes corroboram o indício de que, desde a sua fundação, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo formava mulheres, prioritariamente, para assumir tarefas no interior da instituição, garantindo a continuidade da obra de seu fundador.

No entanto, algumas alunas também foram exercer a profissão docente em outras cidades e até estados. Maria Emília da Rocha saiu para ocupar uma cadeira de professora e para fazer exames públicos em São Paulo. Era filha de José Miranda da Rocha e de Maria Benedita da Rocha. Ingressou na escola sabendo ler e saiu a pedido do seu tio Claudenir.

Infelizmente, não há registro sobre o local onde lecionou, além de muitas informações dessa aluna estarem em branco e incompletas no Livro de Registro de Saída da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, o que pode denotar algum conflito ou problema no processo de sua saída. A mesma situação verifica-se em relação à Ignez da Silveira Filha que entrou posteriormente na turma e saiu para assumir uma cadeira de professora, sem registros da localidade onde foi lecionar.

No século XIX, um legado importante foi a conversão do magistério em profissão exercida, majoritariamente, por mulheres, que buscavam na cadeira de professora uma profissão digna. Durante esse século, a profissão docente podia ser realizada conforme descrito por Vasconcelos (2007), na instrução pública, na educação particular e na educação doméstica – realizada na casa do aprendiz, na esfera privada, onde os pais contratavam, mediante sua livre escolha, os mestres, para ensinar seus filhos e filhas.

Entre as alunas que saíram da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo para assumir a profissão de professora ou preceptora, destaca-se, ainda, a aluna Izabel Pinto Nogueira, filha de Adelaide de Jesus Nogueira e de Miguel Pinto Nogueira. Ela nasceu em 6 de junho de 1863 e foi batizada em 15 de novembro do mesmo ano, na freguesia de Santana, na Corte. Deixou a escola no dia 7 de agosto de 1884, a pedido de sua mãe, para lecionar na Fazenda de Santa Cruz. Izabel chegou à escola no ano de 1871, analfabeta, com 8 anos de idade e saiu após 13 anos, já com 21 anos, contratada para ser preceptora em uma fazenda próxima à Corte, no município do Rio de Janeiro. De analfabeta a professora/preceptora de famílias de elite.

O lugar de preceptoras nas fazendas do entorno da Corte era notadamente ocupado por mulheres estrangeiras, conforme já sinalizado por Vasconcelos (2018). A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo possibilitou que mulheres brasileiras alcançassem preparação suficiente para disputar e ocupar esses lugares almeçados pelas estrangeiras.

Nessa época, muitas professoras colocavam anúncios em jornais oferecendo seus serviços para educar crianças em colégios ou casas, e várias famílias também publicavam anúncios solicitando serviços de professoras/preceptoras. Para Vasconcelos (2018, p. 294), "[...] os lugares nas casas

'mais capazes' de arcar com os altos custos dessa modalidade eram disputados por ofertas diárias de serviços". As alunas do padre Siqueira não precisavam publicar anúncios nem acompanhar os pedidos nos jornais para buscar emprego. Ao analisar algumas cartas enviadas e recebidas, verifica-se que o próprio sacerdote alinhava a saída das alunas com as possíveis famílias ou locais de trabalho. Sua influência na cidade de Petrópolis e outras regiões do Brasil possibilitava que lhe solicitassem quando algum colégio ou casa de família precisava de professoras, uma vez que sua escola preparava mestras com boa reputação em todo o país.

Outra aluna que também seguiu o caminho do magistério foi Maria Ângela do Rosário, filha de Antônio de Umbelina. Entrou na Escola no dia 21 de setembro de 1871, ainda analfabeta, e saiu em 14 de julho de 1882 para lecionar em um colégio em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Importante lembrar que padre Siqueira foi ordenado sacerdote em Porto Alegre. É plausível, portanto, que nessa cidade ele tenha conhecido inúmeros estabelecimentos de ensino e formado uma rede de contatos na região, com os quais alinhava a ida de alunas para lecionar.

Vale notar que o trabalho como professoras, embora alvo de pressões e controle por parte das instâncias sociais, era ainda um dos poucos aceitos para mulheres que precisavam prover seu próprio sustento com maior dignidade, conforme os parâmetros da sociedade oitocentista. Além disso, o trabalho docente também estava vinculado a um modelo de domesticidade e maternidade relacionado à condição feminina, o que incluía as expectativas quanto ao comportamento das mulheres. Essa visão maternal da professora reforçou estereótipos e a segregação de gênero, alimentando a ideia de que cuidar e educar crianças era uma missão feminina, fazendo do magistério um campo ideal para as mulheres (Almeida, 2014).

Padre Siqueira (1877), por sua vez, acreditava que as meninas deviam ser educadas para o trabalho, aproveitando aquelas que ele considerava "as mais inteligentes e dotadas de aptidões", às quais se ministraria maior cultura; destinando-se essas ao professorado, enquanto as demais seriam encaminhadas para o serviço doméstico.

Entre doenças e mortes: as mulheres que não saíram da escola

A aluna Anna Mathilda Lacher era filha de José Lacher e Anna Catharina Lacher, batizada no dia 6 de outubro de 1861, na capela de Nossa Senhora da Glória, na Estação de Juiz de Fora, província de Minas Gerais. Ao analisar o Livro de Registro de Saída das alunas, verifica-se que ela deixou a escola no dia 18 de dezembro de 1873, na companhia de sua mãe, para tratamento médico. Anna Mathilda ficou apenas dois anos na instituição. Segundo os registros, ela estava com "uma espécie de tumor em uma de suas partes do corpo". O fato de não ser explicitada a localização do tumor pode indicar alguma parte íntima, o que, por si só, já constituía um tabu até para o tratamento. Embora tenha sido atendida e medicada, Anna Mathilda faleceu, provavelmente em consequência do "tumor".

Muito embora a mortalidade fosse elevada nas últimas décadas do século XIX – quando a expectativa de vida não ultrapassava demasiado os 30 anos – chama atenção o número de alunas que faleceram no interior da própria escola, como ocorreu com a aluna Leopoldina Maria Maia. Filha natural de Leopoldina Maria Antônia, "parda livre", nascida em 6 de julho de 1863 e batizada em 20 de agosto do mesmo ano na cidade de Petrópolis, era afilhada de Antônio Muniz da Silva, e morreu em 17 de abril de 1883. Fato semelhante vai ocorrer com a aluna Anna Candida de Siqueira, filha de Antônio Ignácio de Lima e de Maria da Penha de Siqueira Lima, nascida aos 25 de dezembro de 1860, sem informações do registro de batismo. Ambas, ainda jovens, faleceram no interior da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo: Leopoldina aos 19 anos; Anna Candida aos 15. As duas entraram na escola no ano de 1871, Leopoldina com 8 anos de idade e Anna Candida com 11 anos.

As anotações de saída de Anna Candida de Siqueira indicam que ela falece de tuberculose, doença pulmonar com altos índices de mortalidade na época (Silveira, 2023). Por se ter registro somente de uma receita (Receita Médica de Anna Candida, 1873), existe a hipótese de que a aluna contraiu a doença e rapidamente veio a falecer. Observa-se também que faleceu e foi enterrada no mesmo dia. Todavia, para Rodrigues, Barreto, Kramer, Barata,

[...] até a metade do século XIX o caráter infectocontagioso da tuberculose não era reconhecido; a doença era atribuída a diversas causas como a hereditariedade, aos miasmas e a outros determinantes ambientais e sociais. (Rodrigues; Barreto; Kramer; Barata, 2007, p. 1).

Diante do desconhecimento preciso sobre a virulência da tuberculose no século XIX, a doença tornava-se uma ameaça que podia matar rapidamente, o que pressupõe a aceleração das exéquias. No caso de Anna Cândida de Siqueira, falecida em 7 de maio de 1876, chama atenção o fato dela ser sobrinha do padre Siqueira o que, presumivelmente, deve ter levado a todas as tentativas de curá-la naquele contexto.

Para tentar compreender melhor a morte de Anna Candida e de Leopoldina Maria Maia foi necessário aprofundar a pesquisa no Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis³, a fim de buscar os assentamentos de óbitos e fazer o cruzamento das informações. "Por se tratar de fonte nominativa, esses registros se prestam a cruzamentos entre si e com outras fontes" (Bassanezi, 2009, p. 143). Assim, a pesquisa no Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis foi importante, porque permitiu uma análise de aspectos da micro-história (Ginzburg, 1976), oferecendo detalhes mais próximos dos acontecimentos. Importante ressaltar que até 1889 todos os documentos eram unicamente registrados pela igreja católica e somente depois o registro civil se tornou obrigatório.

A leitura do Assentamento de Óbito de Leopoldina Maria Maia (1883), encontrado no Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis, confirmou que a causa de seu falecimento foi a mesma de Anna Candida, anotada no Livro de Registro de Saída da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, ou seja, ela também faleceu de tuberculose. Entretanto, suas anotações são mais escassas do que as de Anna Candida, supostamente porque essa última era sobrinha do padre Siqueira. Assim, a leitura do Assentamento de Óbito de Anna Candida (1876) traz mais informações, que analisadas podem sugerir, parcialmente, relatos de seus últimos dias até o falecimento. No Assentamento de Óbito de Anna Candida aparece a palavra "consumpção", ou seja, faleceu consumida, definhada. Um indício de sua agonia no estado terminal está anotado na certidão de óbito, onde se lê que ela foi

sacramentada com a extrema-unção, possivelmente, nos minutos que antecederam a sua morte, pois faleceu logo depois de receber os sacramentos.

Outro dado coletado na leitura desses documentos se refere as numerações das covas das alunas. Leopoldina estava enterrada na Cova de nº 2684, cujo número constava no Livro de Registro de Saída. Anna Candida estava enterrada na Cova de nº 1409, porém esta informação não constava no Livro de Registro de Saída da aluna. Ao realizar uma busca no Cemitério Municipal de Petrópolis, local onde elas foram enterradas, constatou-se que as duas meninas estavam em covas rasas, ou seja, sepulturas temporárias e, com o passar dos anos, como ninguém adquiriu o direito de sepultura perpétua, seus corpos foram exumados e colocados no ossuário comum. Assim, não há mais vestígios dos restos mortais de Leopoldina e de Anna Candida, alunas que faleceram nos primeiros anos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.

Inicialmente, olhar para os falecimentos ocorridos no interior da escola, que se sucedem através dos anos, poderia sugerir a existência de um ambiente hostil ou algum mistério que envolvesse essas mortes em um local recluso e totalmente vedado ao exterior. Todavia, o fato de Anna Candida ser uma das quatro sobrinhas do padre Siqueira, que pertenciam a primeira turma da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, desfaz, em parte, essa suspeita, considerando que outras duas sobrinhas, Claudina Maria de Siqueira e Balbina Maria de Siqueira Lima somente deixam a escola vários anos depois do falecimento da prima, já em 1882. A quarta sobrinha, Amélia Siqueira Carvalho, por sua vez, ficou apenas alguns meses na escola, deixando-a em 1873, ou seja, três anos antes do falecimento de Anna Cândida de Siqueira.

16

"Educadas para a dignidade": criadas, recomendadas, alugadas, domésticas...

A análise do Livro de Registro de Saída das alunas da turma de 1871 demonstra que a maior parte das mulheres educadas na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo deixou a escola para trabalhar em casas de família, conforme a descrição: "saiu como criada, como recomendada, como

alugada, como cuidadora, como doméstica, como dama de companhia" (Livro de Registro de Saída, 1871, p. 5).

Perrot (2019, p. 109) reitera que "[...] as mulheres sempre trabalharam". Mesmo que, por vezes, esse trabalho não tenha sido reconhecido ou remunerado, elas nunca deixaram de trabalhar – ainda que invisíveis – como quando o trabalho era o serviço doméstico ou o apoio informal aos seus maridos.

Dentre tantas variedades de empregos – como cozinheiras, lavadeiras, criadas, cuidadoras, professoras, entre outras – as ex-alunas, mulheres, educadas na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo provavelmente não escolheram as suas profissões, mas foi-lhes determinado o que podiam fazer de acordo com seu nível social, suas redes de proteção e suas aptidões. Segundo as anotações do padre Siqueira, sua missão era:

[...] educar estas meninas no trabalho, aproveitando, porém, as mais inteligentes e dotadas de aptidões, as quais se ministraria maior cultura; destinando-se umas para o serviço doméstico e outras para o ensino ou professorado e, em geral, para boas mães de família (Siqueira, 1877, s/p.).

17

Pode-se inferir que, na concepção de padre Siqueira, as alunas com menos "inteligência" e as mais pobres seriam destinadas para servirem em casas de famílias, como alugadas (Estatuto, 1868). Essas mulheres trabalhavam nas residências das famílias que as alugavam, por dia ou por período (Rezende, 2019). Ao oferecer instrução básica para que as meninas pudessem trabalhar cuidando de uma casa e dos afazeres domésticos, padre Siqueira acreditava estar contribuindo para uma "possível" mudança na vida dessas mulheres, mesmo que se mantivessem submissas às regras e às imposições das famílias que as alugavam e às decisões do próprio sacerdote.

Entre as alunas que seguiram esse caminho está Florisbella da Cunha Feijo, filha de Sebastiana, batizada na Corte, que entrou na escola em 12 de fevereiro de 1871, com idade presumida de 8 anos. Saiu como criada para o serviço da senhora Firmina, de sua filha e de seu marido, o senhor Augusto Bumim, no dia 23 de abril de 1883. Esta aluna permaneceu na escola por 12 anos e quando foi enviada para trabalhar na casa da senhora Firmina já estava com 20 anos de idade.

A aluna Antonia Maria da Conceição ou Antonia Mathilda Van Ervan, entrou como protegida do senhor Van Ervan, conforme consta no Livro de Matrículas, onde ainda está registrada com o nome de Antonia Maria da Conceição. Todavia, no Livro de Registro de Saída já está com o sobrenome do protetor, Antônia Mathilda Van Ervan. Algumas hipóteses podem ser aplicadas a esse caso: a de que era filha ilegítima do senhor Van Ervan, e com o passar do tempo foi reconhecida pelo pai; ou a possibilidade de que sua mãe fosse escravizada pertencente ao senhor Van Ervan, sendo comum na época que escravizados usassem como denominação o nome dos patrões, ou mesmo, que as crianças filhas de escravizados tomassem o nome de seus senhores quando batizadas por eles. No entanto, ambas as hipóteses podem ser conjugadas, pois aparece a palavra "escrava" no Livro de Matrículas, após o nome de sua mãe, Eva. Ainda assim, como filha reconhecida ou afilhada do senhor Van Ervan, é intrigante a destinação de Antônia como criada em casa de uma família. Além disso, no Livro de Registro de Saída, os dados dessa aluna estão incompletos, faltando referências acerca do batismo, dos padrinhos e o nome do pai – informações que aparecem nas anotações das demais alunas. Para Perrot (2019, p. 21) ao "[...] escrever história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres". Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios desfeitos, seus arquivos destruídos. Antônia Mathilde Van Ervan entrou para a escola em 22 de janeiro 1871, aos 9 anos de idade, e saiu no dia 14 de abril de 1882 para ser alugada na casa do senhor Barboza e de sua esposa Marianinha Ferraz de Abreu Barboza. Em princípio, Antônia enquadra-se à condição de escravizada, pois somente a partir da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, passaria a vigorar o nascimento já liberto. Cabe ressaltar que a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo foi criada para atender a meninas desvalidas, pobres e "livres", portanto, Antônia não poderia ter sido matriculada na instituição se já não tivesse obtido sua alforria, pois, era filha de uma escravizada. Assim, ao que tudo indica, seu pai poderia ser o próprio senhor Van Ervan. No entanto, essa hipótese fica um pouco comprometida ao se destacar, na saída de Antônia, o fato de que ela foi alugada. Ainda assim, ela já estava com 20 anos de idade e sabia que aos 21 não poderia permanecer mais na instituição. Infelizmente, não é possível, sem mais pesquisas aprofundadas, saber se esse aluguel era para

morar na casa da família ou se ia diariamente e voltava para a escola, bem como o que era oferecido ao sacerdote pelo aluguel da menina/mulher.

A aluna Albina Maria da Conceição, filha de Leopoldina Maria da Conceição, nasceu em 1 de novembro de 1864 e foi batizada na Matriz de São Nicolau de Suruhy, tendo apenas um padrinho, o senhor Manoel José do Nascimento. Não consta nos registros o nome do pai, eventualmente, porque também era o próprio padrinho. Entrou na Escola no dia 18 de março de 1871, completamente analfabeta, com 9 anos de idade e saiu no dia 22 de maio de 1883, a pedido da condessa Fargine da Cruz, sua "protetora", para ser entregue na casa do senhor Francisco Roiz Marços, como empregada doméstica da família e para viver do ordenado que a família lhe pagasse.

Rezende (2019) observa que as mulheres pobres que tinham um trabalho remunerado não haviam adquirido um direito, mas sim uma condição de sobrevivência, dado o estado de miséria em que as camadas pobres da população viviam. Além disso, ser empregada doméstica não era considerado como um trabalho, mas um serviço inferior, realizado majoritariamente por mulheres.

As demais alunas da turma de 1871 tiveram semelhante desfecho como criadas. Francisca Henriquetta Lopes, filha de João Batista de Souza Lopes e de Antonia Candida, já tinha os pais falecidos quando foi matriculada. A menina foi batizada na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, em Rio Claro, e seus padrinhos foram Antonio Lopes e Henriquetta Rosa de Almeida. Órfã de pai e mãe, ela teve seu destino decidido na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Entrou no ano de 1871 e saiu em 26 de abril de 1882 para também ser empregada doméstica na casa do senhor Nogueira Gama.

Da mesma forma destinada como empregada doméstica, Geraldina Maria de Souza, filha de Candida, mulher parda, escravizada de Julio Ernesto da Costa Souza, teve por padrinho de batismo, Diogo, outro escravizado do mesmo Costa Souza. Nesse caso, novamente encontra-se uma mulher ainda em situação de escravizada que entra para a instituição. Contudo, confrontando-se as fontes verifica-se que ela saiu da escola e não voltou para a casa onde era escravizada. Ao sair em 2 de abril de 1881, foi trabalhar como empregada doméstica na casa do senhor João Joaquim Pizarro. Não

é possível saber como a sua condição foi alterada ou porque mudou de moradia, após 10 anos na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Uma hipótese é que o padre Siqueira poderia exigir a tutela ou a alforria das meninas no ato da matrícula.

Também a aluna Ludmisa Borges do Espírito Santo saiu para ser empregada doméstica na casa de Madame Flores. Filha de Francisco Antônio Borges da Silva e Joanna Julia do Espírito Santo, entrou na escola no ano de 1871 e saiu em 12 de abril de 1882. Assim como Ludmisa, a aluna Amélia de Jesus Medeiros recebeu a destinação de criada. Era filha de Manoel de Medeiros e de Jacintha de Medeiros, batizada em Petrópolis, tendo como padrinhos Julio de Mello e Silva e Francisca de Assis de Mello. Entrou na escola no ano de 1871, a pedido de sua madrinha e saiu no dia 9 de março de 1884, solicitada pela viúva Paula Fonseca, para cuidar de suas duas filhas. Como esse era um trabalho realizado pelas escravizadas, infere-se que a viúva Paula Fonseca buscava na escola do padre Siqueira uma mulher mais preparada para cuidar/educar suas filhas.

20 A aluna Luíza Fortunata de Moura, filha de Miguel Dias de Moura e de Elizarda Joaquina do Espírito Santo, foi batizada em Iguacu por seus padrinhos Luiz Antônio de Jesus e Maria João do Nascimento. Entrou na escola no ano de 1871 e saiu em 30 de outubro de 1881 para ser dama de companhia de sua tia.

Uma única aluna da turma de 1871 consta no Livro de Registro de Saída "para se casar": Josephina de Souza Werneck. Filha de Ignácio de Souza Werneck e de Marianna de Souza Werneck, não possui registrado no Livro de Matrículas documento de nascimento nem de batismo. Esteve na instituição por 7 anos e saiu em 1879 para se casar com o senhor Manuel Carlos Machado, na Fazenda de São João da Pedra Negra, em Sapucaia, no dia 26 de junho de 1879. Na época, "[...] o homem com quem a moça, de pouco mais de treze anos, se casava, raramente era de sua própria escolha. A escolha era de seus pais ou simplesmente de seu pai" (Freyre, 2008, p. 97). No caso de Josephina, não foi diferente, pois, possivelmente seu pai, o senhor Werneck, tenha arranjado o casamento e solicitado a saída da menina da escola, o que indica que foi dada em matrimônio bem jovem. Vale notar que as moças sonhavam com o casamento e com a maternidade,

pois, muitas vezes, essa era a única via de passagem para o mundo adulto. A situação da mulher consistia em ser submissa ao pai e depois ao marido, devendo ser virgem até o casamento e permanecer fiel a ele durante toda a vida. A castidade e a beleza eram atributos que tornavam a mulher adequada para o matrimônio. E para que o casamento fosse um negócio bem-sucedido, a mulher casada precisava saber cuidar da casa, dos filhos e do marido. Apesar de Josephina ter se casado, essa condição não durou por muito tempo, pois, consta no Livro de Registro de Saída a informação, bastante apagada, de que ela faleceu dois anos após o casamento, no dia 21 de novembro de 1881. Por mais que Josephina tenha ido morar com seu marido na fazenda Pedra Negra em Sapucaia, não perdeu o vínculo com a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, visto que, ao falecer, esse fato foi registrado.

Considerações finais

Pesquisar a vida de mulheres do século XIX – que viveram em grande parte completamente enclausuradas, silenciadas, confinadas, "domesticadas" e submissas – é buscar narrativas praticamente perdidas entre papéis que se desfazem com a ação do tempo, mais apagados a cada dia.

Entre tantos silêncios, esquecimentos e ausências, foi necessário tecer hipóteses viáveis sobre o destino das mulheres da primeira turma da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em um mosaico de muitas lacunas.

Acerca das narrativas incompletas, pode-se inferir que muitas foram propositalmente omitidas e até apagadas – como, por exemplo, no que se refere à falta de informações sobre Libania Mathildes Caldeira, Jesuína Filomena e Francisca Chagas. São histórias silenciadas, mulheres esquecidas, páginas sem registros, vidas apagadas. Alguém teria impedido que essas informações fossem registradas, ou o próprio sacerdote as omitiu para proteger seus contemporâneos? Mesmo três de suas quatro sobrinhas – Amélia de Siqueira, Claudia Maria de Siqueira e Balbina Maria de Siqueira – têm seus registros incompletos.

Enfim, a história dessas mulheres encontra eco em muitas outras que, internas em casas de educação como a Escola Doméstica de Nossa Senhora

do Amparo, tiveram seus destinos transformados em busca de uma "vida digna" – embora não se possa avaliar nem ter registrado o preço que pagaram para a obtenção dessa promessa.

Certo é que muitas não tinham outra escolha, e submeter-se a uma instituição como a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo foi o melhor que podia lhes acontecer, para sobreviver no emaranhado da vida (Perrot, 2019).

O destino das mulheres alunas dos primeiros anos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo está carregado de subjetividades inseridas no contexto social de sua época. São vidas e trajetórias marcadas por elementos comuns: pobres, jovens, solteiras e sujeitas às convenções vigentes. Nos escritos do padre Siqueira, é possível encontrar narrativas que demonstram o que ele entendia como educar para uma vida digna: "ministrada a educação e a instrução conveniente, de modo a prepará-la (a menina) segundo a aptidão de cada uma para, no futuro, viverem honestamente do seu trabalho".

22 Vale lembrar que não se pode analisar uma narrativa alheia ao contexto social em que está inserida, marcado por imposições, prescrições, normas e regras que dificilmente poderiam ser modificadas.

Pesquisar a história de mulheres do século XIX é, antes de tudo, trazer à tona vidas anônimas que podem contar, por meio de seus destinos, os rumos e as expectativas da educação feminina no Brasil.

Notas

1. O artigo é resultado do Projeto de Pesquisa "Mulheres e educação: entre o prescrito, o escrito e o vivido" financiado por meio do Edital Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 44/2024 – Universal.
2. O registro de batismo de algumas meninas estava descrito no Livro de Registro de Saída. Devido à diversidade de locais, não foi possível obter acesso físico ao livro de assentamento de batismo de cada uma das primeiras acolhidas.
3. No Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis encontram-se, certidões de casamentos, nascimentos, óbitos, entre outros, "[...] chamados de eventos vitais – nascimento/batismo, casamento e óbito – elaborados e conservados pela Igreja ou pelo Registro Civil de Pessoas Naturais" (Bassanezi, 2009, p. 142).

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado educacional do século XIX**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.
- BASSANEZI, Maria Sílvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- ESTATUTO Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. **Estatuto**. Petrópolis, 1868/1876. (Documento Manuscrito).
- FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- JORNAL Correio Paulistano. **Jornal Correio Paulistano**, São Paulo, v. 17, p. 1-2, 1870 (edição 4.172).
- LIVRO de Matrículas. **Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo**. Petrópolis, 1871-1884. (Documento manuscrito).
- LIVRO de registro de saída das alunas. **Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo**. Petrópolis, 1871-1884. (Documento manuscrito).
- MAIA, Leopoldina Maria. **Assentamento de Óbito**. Petrópolis, 1883. (Documento manuscrito do Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis).
- MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1910): uma face do conservadorismo**. São Paulo: Unesp, 1996.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2019.
- RECEITA Médica de Anna Candida. **Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo**. Petrópolis, 1873. (Documento manuscrito).

REZENDE, Bibiana Conceição. De escravas a vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX. **PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 20, n. 1, p. 237-249, 2019.

REGISTRO do Cemitério Municipal de Petrópolis. **Livro de Registro do local de sepultamentos**. Petrópolis, 1881. (Documento manuscrito).

RODRIGUES, Laura; BARRETO, Mauricio; KRAMER, Monica; BARATA, Rita de Cássia Barradas. Resposta brasileira à tuberculose: contexto, desafios e perspectivas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, p. 1-2, set. 2007.

SIQUEIRA, Anna Candida de. **Assentamento de Óbito**. Petrópolis, 1876. (Documento manuscrito do Arquivo Histórico da Diocese de Petrópolis).

SILVEIRA, Eduarda Coelho; LIMA, Rita de Cássia Gabrielli Souza; ALMEIDA FILHO, Ivo Fogaça de; FERREIRA, Júlia Melchiorretto; e outros. Tuberculose no Brasil: aspectos históricos, culturais e clínicos. In: SILVA NETO, Benedito Rodrigues da. (org.). **Medicina: avanços recentes e necessidades sociais**. Ponta Grossa: Atena, 2023.

24 SIQUEIRA, Padre. **Opúsculo sobre a educação**. Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Petrópolis, 1877. (Documento manuscrito)

TAVARES, Micheli da Cruz Cardoso; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A criação da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo para a formação de mulheres. **Revista Educação & Formação**, Fortaleza, v. 8, p. 1-20, 2023.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A educação doméstica no Brasil de oitocentos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 24-41, jan./jun. 2007.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2018.

Prof.^o Dr.^o Micheli da Cruz Cardoso Tavares
Sistema de Ensino Bernoulli (Brasil)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
Grupo de Pesquisa História e Memória das Políticas Educacionais no Território
Fluminense
Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-1972-5381>
E-mail: micheli.cardoso@hotmail.com

Prof.^a Dr.^a. Maria Celi Chaves Vasconcelos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
Programa de Pós Graduação em Educação
Líder do Grupo de Pesquisa História e memória das políticas educacionais no território
fluminense" (UERJ)
Vice Líder do Grupo de Pesquisa Interinstitucional Educação de Mulheres nos séculos
XIX e XX (UFRN)
Orcid id: <http://orcid.org/0000-0002-3624-4854>
E-mail: maria2.celi@gmail.com
Bolsista Produtividade – CNPq 1D

Recebido em 17 ago. 2025

Aceito em 17 out. 2025

25



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 4.0 International License.